

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2011

Ilmo. Sr.

Dr. Gustavo Chaves Carreira Machado

Procurador-chefe da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM

Ref. Auto de Infração nº. 526/2004

Processo COPAM nº. 122/1992/008/2004



Senhor Procurador,

Conforme é de conhecimento dessa Procuradoria, a Câmara Normativa e Recursal – CNR do COPAM, em 33ª Reunião Ordinária, havida em 06 de outubro de 2010, decidiu por baixar em diligência o processo administrativo em epígrafe, para que se esclarecessem as seguintes dúvidas, surgidas no curso dos debates então havidos: *"se é caso da mesma infração; se é o caso da mesma tipificação; expressamente quais são as tipificações dos dois autos de infração; se auto de infração lavrado pelo IEF foi lavrado em nome do órgão federal; se há de se exigir pagamento para alegar o "bis in idem"; se de fato é o caso de "bis in idem".* (cf. cópia da Ata disponibilizada no sítio virtual www.semamg.gov.br, cópia anexa).

Diante disso, serve o presente para que o Consórcio AHE Funil esclareça que o Auto de Infração nº. 526/2004, lavrado pela FEAM, imputou-lhe a prática da irregularidade capitulada no art. 19, § 3º, item 6 do Decreto nº. 39.424, de 05.02.1998, qual seja: *"Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural"*.

Já o Auto de Infração nº. 033613-4 – Série A, exarado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF em razão do mesmo evento que deu origem à atuação fiscalizadora de parte da FEAM, foi fundamentado no art. 41 do Decreto Federal nº. 3.179, de 21.09.1999, *in verbis*: *"Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em"*

PROJETO


danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora."

Como se vê, ainda que descritas em diplomas normativos distintos, as irregularidades atribuídas ao recorrente têm conteúdo proibitivo idêntico, sendo certo, outrossim, que ambos os instrumentos de autuação foram decorrentes de um único evento tido como poluidor, relacionado ao perecimento de aproximadamente 10 (dez) toneladas de peixes no mês de janeiro de 2004.

Claro está, portanto, que em razão de um mesmo fato o Consórcio AHE Funil está sofrendo duplo sancionamento, de parte dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, configurando flagrante *bis in idem*, conforme argumentação desenvolvido ao longo do presente procedimento administrativo.

Nem se fale que o IEF, ao lavrar o AI nº. 033613-4, teria atuado "*em nome do órgão federal*", seja porque aquela Autarquia não tem poderes para exercer atribuições de outros entes federados, seja porque o instrumento de autuação foi lavrado por Policial Militar do Estado de Minas Gerais, em formulário próprio dessa unidade da Federação.

Sepultando de vez qualquer eventual controvérsia sobre o assunto, basta ver que todas as medidas como forma de pagamento da multa aplicada pelo IEF foram dirigidas ao Estado de Minas Gerais, sendo mesmo um contrasenso falar-se, *in casu*, de atuação em nome do IBAMA.

Por outro lado, é de se frisar que a configuração do *bis in idem* não exige, por óbvio, o cumprimento de uma das sanções possivelmente aplicáveis, pois o que se veda é que alguém seja objeto de dupla "*persecução*", pelo Estado, em virtude de um fato singular.

Ou seja, iniciados os procedimentos tendentes à punição de um evento supostamente infracional, não pode o Poder Público lavrar outro Auto de Infração, com igual conteúdo, e com isso submeter o administrado a um novo e concomitante processo punitivo.

Portanto, a pretensão punitiva do Estado foi exercida no momento da lavratura do AI nº. 33613-4 — e é bom destacar que o Consórcio AHE Funil foi notificado acerca desse Auto previamente à comunicação sobre aquele emitido pela FEAM —, não se abrindo mais espaço para que a


mesma imputação lhe fosse atribuída, por outro órgão integrante do SISEMA.

Mas, de todo modo, é relevante considerar que a multa aplicada em virtude do Auto de Infração nº. 33613-4 — R\$ 1.545.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil reais) — foi devidamente adimplida pelo aqui recorrente, tendo sido convertida nas diversas medidas constantes do Termo de Compromisso nº. 0105021004, todas já cumpridas (cf. documentos anexos).

Ou seja, a multa aplicada no AI lavrado pelo IEF — o qual, como visto, baseia-se no mesmo ilícito administrativo que deu azo ao Auto de Infração em tela — foi paga pelo autuado, não restando mais motivo para o questionamento feito pela CNR.

Por tudo o que acima se expôs, acredita o requerente ter esclarecido todos os questionamentos suscitados pela CNR, razão pela qual requer que o julgamento do processo administrativo seja retomado, dando-se provimento ao recurso interposto.

Nestes termos,
Pede deferimento.



Ricardo Carneiro
OAB/MG 62.391



Angelo Paulo Sales dos Santos
OAB/MG 81.981